

Comissões prepararão as medidas de austeridade

Bras

ília — Foto de Luciano Andrade

Brasília — As oito comissões interministeriais anunciadas pelo Presidente em exercício, José Sarney, ficarão encarregadas de apresentar um quadro geral dos principais problemas da administração pública, analisar os gastos que acarretam e sugerir soluções adequadas ao plano de austeridade orçamentária que o novo Governo pretende colocar em prática. As comissões estudarão os seguintes assuntos:

Reforma tributária e descentralização administrativo-financeira — Hoje existe uma superconcentração de poderes na União, que fica com 54% dos impostos, enquanto os estados têm 31% e os municípios apenas 15%. Essa divisão é bastante recente e foi concretizada após a aprovação da Emenda Passos Porto.

Até então, a União ficava com cerca de 80% dos tributos. Em decorrência da reforma tributária, deve haver uma natural desconcentração da burocracia federal e descentralização da administração pública.

Incentivos Fiscais — O objetivo do Governo Federal é canalizar mais recursos para o Nordeste. A princípio, quando da criação da Sudene, no governo Kubitschek, os incentivos fiscais eram dirigidos apenas para empresas que se estabelecessem na área. Após a Revolução de 1964, o mecanismo de incentivos fiscais sofreu uma alteração, pois passaram a ser beneficiados igualmente os setores de turismo, pesca e reflorestamento, esvaziando a região Nordeste.

Quando a comissão apresentar suas conclusões, certamente o Governo terá uma razão para voltar ao espírito que criou a Sudene.

Proteção à poupança popular — O mercado financeiro, nos últimos anos, deu muitos exemplos em que os poupardeiros (e até mesmo o Estado) safram prejudicados pela ação de empresários inescrupulosos. Uma comissão já está trabalhando com o objetivo de preparar o documento legal que dará uma "punição exemplar" aos que lesarem a poupança popular.

Ao mesmo tempo, para se evitar a repetição de escândalos como os da Delfin, Coroa-Brastel e do Banco Sul Brasileiro, foi criada uma diretoria de fiscalização no Banco Central, que atuará sobre o mercado financeiro.

Mordomias — O assunto explodiu no Governo Geisel, mostrando os benefícios indiretos e também o aproveitamento de recursos públicos pelos altos funcionários do Estado. As mordomias, originalmente, ser somente para o Presidente da República e os ministros, mas hoje alcançam presidentes, diretores e altos funcionários de carreira de empresas estatais, fundações e autarquias.

Um ministro, por exemplo, recebe mensalmente o salário bruto de Cr\$ 5 milhões 900 mil, mas tem direito a automóvel com motorista, residência oficial e transporte em avião do Governo. Os executivos são beneficiados por uma mordomia proporcional, que lhes concede grandes privilégios.

Multiplicidade de orçamentos —

Atualmente, existem três orçamentos — o da União, das estatais e o orçamento monetário — que causam enormes dificuldades à administração, pois somente um (o da União, também chamado de orçamento fiscal) é submetido à apreciação do Congresso Nacional.

Como os demais são geridos de forma autônoma, significam uma fonte de alimentação da inflação, já que o Governo desvia recursos do orçamento fiscal para cobrir déficits das estatais ou do orçamento monetário.

Com essas transferências, são retirados recursos originários de impostos e repassados para cobrir rombos de estatais ou das contas de subsídios administradas pelo Governo, como financiamento às exportações, importação de trigo ou financiamento da comercialização do açúcar.

Reforma educativa: Os alunos estão insatisfeitos com o nível deficiente do ensino, na maioria das universidades. Os professores também, pois são remunerados muito mal. Isto além das insuficientes verbas destinadas à pesquisa.

Reforma Constitucional — Esta comissão vai preparar o País para a Assembleia Nacional Constituinte, eliminando tudo aquilo que agora se convencionou classificar de "entulhos do regime autoritário". A comissão proporá alternativas para a área institucional, que ficará livre de instrumentos políticos de exceção e permitirá o livre funcionamento de partidos, formação de coligações, fim das sublegendas e nova interpretação da fidelidade partidária.

Pagamento de dólares a funcionários no exterior: Ontem, o Ministro João Sayad, do Planejamento, disse que o Governo ainda não tem uma posição sobre essas remunerações. Ele não quis fazer maiores comentários sobre um levantamento efetuado por assessores do Presidente Tancredo Neves — conforme informou um assessor qualificado da Seplan — que encontraram muitas distorções no pagamento de funcionários que trabalham para empresas estatais no exterior.

A comissão fará uma revisão geral dessas folhas de pagamento, concentrando sua atenção para os casos da Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás e Banco do Brasil.

O Banco do Brasil, por exemplo, possui uma agência de viagem em Paris, a BB tours voyages et tourisme, além de subsidiárias nas ilhas Cayman e Canadá, sem contar a rede de filiais que se espalham pelo mundo inteiro. A Vale do Rio Doce tem empresas controladas nas Bahamas, ilhas Cayman e Bélgica.

A Petrobrás, entretanto, é que deverá ser analisada com mais cuidado, com suas seis empresas sediadas no estrangeiro, inclusive as subsidiárias da Interbrás, uma trading company, que paga salários bem altos. Até a Embraer mantém uma subsidiária nos Estados Unidos, para tratar da comercialização de aviões brasileiros e da compra de equipamentos estrangeiros para os mesmos aparelhos.

Leia editorial "Unidade e Austeridade"